



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 260/11

Estabelece normas para a utilização de sacos e sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos situados no Estado do Paraná.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais situados no Estado do Paraná que utilizem sacos ou sacolas plásticas somente poderão disponibilizá-los se forem fabricados, exclusivamente, com matérias-primas biodegradáveis derivadas, total ou parcialmente, de fontes de origem renovável natural.

Parágrafo único. Entende-se por matéria-prima biodegradável aquela que apresenta biodegradação por processos biológicos, em condições naturais adequadas, atendendo aos seguintes requisitos:

- I – biodegradação em, no máximo, 18 (dezoito) meses;
- II – o material utilizado deve se biodegradar em, no mínimo, 70% (setenta por cento);
- III – resíduos finais que não sejam tóxicos ou danosos ao meio ambiente e que resultem em gás carbônico, água e biomassa.

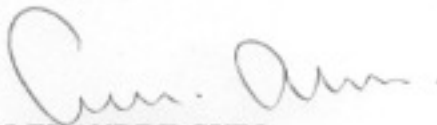
Art. 2º Os sacos e sacolas plásticas mencionadas no art. 1º deverão ser confeccionados com material resistente e que suporte o peso dos produtos.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º, terão o prazo de 01 (um) ano para se ajustarem aos termos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 684/11

Dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil.



Art. 1º O Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil do Estado, previsto no art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, passa a ser o constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O preenchimento das vagas acrescidas pelo Anexo I de que trata o *caput* será realizado de forma gradativa, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Geral do Estado, atendendo ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 820/11

Institui o Conselho Estadual de Cultura - CONSEC e adota outras providências.

TÍTULO I Das Finalidades

Art. 1º O Conselho Estadual de Cultura reger-se-á por esta Lei, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Estado do Paraná.

TÍTULO II Da Composição

Art. 2º O Conselho Estadual de Cultura constitui-se por 36 (trinta e seis) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I – o Secretário de Estado da Cultura, na qualidade de Presidente;

II – 17 (dezessete) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Estadual, sendo:

a) 05 (cinco) membros selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Estadual;

b) 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

c) 01 (um) representante das Universidades Federais localizadas no Paraná;

d) 01 (um) representante escolhido dentre os gestores de cultura das seguintes organizações: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

e) 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP);

f) 08 (oito) representantes selecionados entre os gestores municipais de cultura.

III – 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 08 (oito) representantes das regiões histórico-culturais do Paraná e 10 (dez) representantes das seguintes áreas, assim estabelecidas:

a) teatro;

b) ópera

c) circo;

d) artes visuais;

e) audiovisual;

f) dança;

g) literatura, livro e leitura;

h) música;

i) patrimônio cultural material e imaterial;

j) manifestações populares, tradicionais e étnicas da cultura.

§ 1º Os integrantes descritos nos incisos II e III serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução. •

§ 2º Os membros a que se refere o inciso III serão eleitos em Conferência Estadual de Cultura, convocada pelo Governador do Estado

e regulamentada, por meio de edital, pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º Para efeito desta Lei, serão estabelecidas 08 (oito) macrorregiões no âmbito do Estado do Paraná, a serem definidas por Decreto governamental.

Art. 3º Havendo a necessidade, o CONSEC criará Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, com o objetivo de fornecer subsídios para a tomada de decisão nos temas específicos, transversais ou emergenciais.

Art. 4º O Conselho contará com um Secretário Executivo a ser indicado por seu Presidente, entre os funcionários que compõem o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.

Título III Das Competências

Art. 5º Ao Conselho Estadual de Cultura compete:

I – participar da formulação das políticas públicas do Governo do Estado do Paraná na área da cultura;

II – cooperar com os conselhos de política cultural nas esferas municipal, estadual e federal;

III – estimular a formação de redes e sistemas setoriais em todas as áreas culturais;

IV – estabelecer orientações e moções pertinentes aos objetivos e atribuições relacionadas à cultura;

V – emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhes sejam submetidas pelo Secretário de Estado da Cultura ou pelos membros do CONSEC;

VI – promover a cooperação técnica e parcerias com a sociedade civil organizada;

VII – incentivar a proteção do patrimônio cultural;

VIII – valorizar as manifestações culturais locais e regionais;

IX – incentivar pesquisas sobre a cultura paranaense;

X – definir critérios e propor a formação de comissões específicas, grupos de trabalho e congêneres, sempre que necessário, visando ao cumprimento das atividades relativas às suas competências;

XI – participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Cultura;

XII – fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos das transferências entre os entes da federação;

XIII – acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;

XIV – participar da formulação do Plano Anual de Ações e da definição e aprovação dos editais do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná – PROFICE;

XV – analisar e sancionar a prestação de contas da execução do Plano Anual de Ações e do PROFICE;

XVI – acompanhar o funcionamento do Sistema Estadual de Informações Culturais;

XVII – dar parecer sobre normas e critérios do cadastramento dos agentes culturais do Paraná;

XVIII – Ratificar o edital que regulamenta a Conferência Estadual de Cultura;

XIX – elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Estadual de Cultura.

TÍTULO IV **Do Funcionamento**

Art. 6º As reuniões do Conselho Estadual de Cultura serão bimestrais, salvo as extraordinárias.

Art. 7º As decisões proferidas* pelo Conselho, por maioria simples de votos, com exceção das matérias que exijam *quorum* qualificado nos Termos do Regimento Interno do Conselho, serão reduzidas a termo, na forma de atos, deliberações e resoluções, devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura.

Parágrafo único. Ao Presidente do CONSEC caberá o voto de qualidade, nas deliberações que exigirem desempate.

Art. 8º A função de membro do Conselho Estadual de Cultura não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço prestado ao Estado.

Parágrafo único. Nos casos em que o Conselheiro seja servidor público estadual, o desempenho de suas funções no Conselho terá prioridade sobre outras que eventualmente exerça no serviço público estadual.

Art. 9º As reuniões do CONSEC serão instaladas mediante presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 10. O suplente substituirá o Conselheiro titular nos casos de impedimento, perda de mandato, morte, renúncia ou impossibilidade comprovada do Conselheiro em participar dos trabalhos, cabendo ao Presidente declarar aberta a vaga e a convocação imediata de seu suplente.

Art. 11. A perda do mandato de Conselheiro dar-se-á pelo exercício simultâneo de funções incompatíveis ou pela ausência contínua, sem prévio pedido de licença ou apresentação de justificativa aceita, por mais de duas sessões plenárias consecutivas ou por quatro sessões plenárias alternadas durante o mandato.

Art. 12. Fica a Secretaria de Estado da Cultura autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Cultura.

Parágrafo único. Os Conselheiros vinculados ao CONSEC terão o custeio das despesas referentes à hospedagem, alimentação e ao deslocamento, a fim de atender à convocação das reuniões bimestrais ordinárias ou extraordinárias, cumprindo-se os procedimentos legais estabelecidos.


TÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 13. O Conselho aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 951/11

Altera dispositivos da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 – Código da Polícia Militar do Paraná.

Art. 1º Ficam alterados os §§ 1º e 3º do art. 160, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, prevista nesta Lei, poderá ser suspensa ainda, por necessidade técnica do serviço, mediante ato do Chefe do Poder Executivo para os oficiais classificados nas funções de Comandante-Geral, Subcomandante-Chefe, Chefe do Estado-Maior e Chefe da Casa Militar da Governadoria.

(...)

§ 3º A permanência na função após 35 (trinta e cinco) anos de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, acarreta a automática agregação do Oficial ao seu respectivo quadro e não poderá exceder a 05 (cinco) anos.”

Art. 2º Ficam revogados os §§ 2º e 4º, do art. 160, bem como os incisos I e II, do § 3º do mesmo artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE




RELATOR



ANTEPROJETO DE LEI N.º 938 /2011

Súmula: Autoriza a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, e dá outras providências correlatas.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a incorporação da Empresa paranaense de Classificação – CLASPAR, empresa pública constituída pela Lei n.º 7.052, de 4 de dezembro de 1978, pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, sociedade de economia mista de que tratam as Leis Estaduais n.º 754, de 23 de outubro de 1951 e n.º 9.570, de 15 de fevereiro de 1991.

Art. 2.º Ficam acrescidos aos objetivos da CODAPAR a gestão de estradas rurais e o desenvolvimento de projetos de engenharia rural e, em razão da incorporação, a logística do escoamento da produção agrícola aos mercados interno e externo, a classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, a medição em matérias concernentes à classificação de produtos agrícolas nas relações comerciais, o apoio às atividades pós-colheita e a certificação dos produtos da agricultura.

Art. 3.º Caberá ao Conselho de Administração da empresa incorporada deliberar sobre o protocolo, a justificação e o laudo de avaliação de seu patrimônio líquido, submetendo-os à aprovação final do Governador do Estado.

Art. 4.º Competirá à Diretoria Executiva da empresa incorporada:

- I – promover a alteração estatutária, visando ao registro da aprovação do protocolo e da justificação;
- II – praticar os atos necessários à incorporação.

Art. 5.º Os bens, direitos, obrigações e quadro de pessoal da CLASPAR serão absorvidos pela CODAPAR, respeitadas as normas da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e outras disposições legais pertinentes.

GABINETE DO GOVERNADOR



Parágrafo único. Os imóveis indicados nos Anexos I e II a que se refere o art. 4.º da Lei Estadual n.º 7.052/1978, que compõem o capital social da CLASPAR, serão desafetados por ocasião da incorporação prevista nesta Lei, ficando a CODAPAR autorizada a aliená-los.

Art. 6.º O Poder Executivo editará normas complementares para a execução desta Lei.

Art. 7.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional, em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para implementar a presente Lei.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

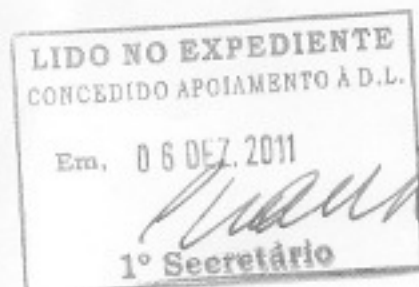

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 2 de dezembro de 2011
OF CEE/G 206/11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 05/12/2011
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 101/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
objetiva autorização legislativa para a incorporação da CLASPAR
pela CODAPAR.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:05 06/12/2011 01:00:41 DP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 101/2011

Curitiba, 2 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva autorização legislativa para a incorporação da CLASPAR pela CODAPAR.

Tendo em vista a necessidade de realinhar e adequar as estruturas de Estado para dinamizar as ações promotoras do desenvolvimento sustentável do agronegócio paranaense, em conformidade com as metas e diretrizes estratégicas compromissadas pelo atual Governo, impõe-se a reordenação de duas entidades do Sistema SEAGRI.

Promover a manutenção das estradas rurais em garantia do escoamento das safras agrícolas e do desenvolvimento das comunidades rurais, os custos no transporte de grãos em corredores próprios, manter a integridade da classificação da produção agrícola exportada pelo Porto de Paranaguá, exemplificam a atuação do Estado, capaz de atender a remotos anseios dos agricultores, armazenadores, exportadores e entidades portuárias.

Assim, a autorização legislativa de que trata o Anteprojeto de Lei que incorpora a CLASPAR perante a CODAPAR para conjugar e conformar as estruturas físicas e humanas dessas instituições públicas em proveito do interesse público, pela imanente especialização, favorecerá, dentre outros:

- a) a manutenção das estradas rurais em constante alinhamento às técnicas de manejo integrado de conservação do solo agrícola;
- b) a operação logística dos corredores de exportação da produção agropecuária das unidades federativas e dos países do Cone Sul pelo Porto de Paranaguá;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/cil prot. 11.184.431-3

GABINETE DO GOVERNADOR



- c) a classificação de produtos agrícolas importados e exportáveis pela prestação de serviços de análise, capacitação técnica, supervisão e controle de qualidade de produtos agrícolas e agroindustriais;
- d) a elaboração e implantação de projetos de engenharia rural voltados ao adequado uso e manejo dos recursos naturais no Estado;
- e) o assessoramento da implantação e gestão de unidades armazenadoras individuais e coletivas em propriedades rurais;
- f) o apoio técnico das unidades armazenadoras com vistas à certificação dos produtos agrícolas;
- g) a capacitação, orientação e apoio às atividades pós-colheita e de classificação dos produtos da agricultura familiar;
- h) a rastreabilidade dos produtos da agricultura.

Desta forma, fica evidente que a reestruturação das entidades privadas de interesse público prestadoras desses serviços, que advirá da autorização legislativa, é determinante ao atendimento das atuais, prementes, e futuras necessidades da população paranaense.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 938/11

Projeto de Lei nº. 938/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 101/11

Súmula: Autoriza a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, e dá outras providências.

EMENTA: INCORPORAÇÃO DA EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO – CLASPAR PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ - CODAPAR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 27, 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo visa realizar a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da

Senhor Deputado
<i>Enzo de J.</i>
Em 07, 12, 11
<i>98</i>
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Quando falamos de Empresa pública e Empresa de Economia Mista, tratamos de matéria de atribuição do Governador do Estado, haja vista tais empresas serem órgãos da administração pública, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grito Nosso).

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Incorporação é um ato que uma empresa absorve o patrimônio de outra, que juridicamente se extingue. Ou seja, o balanço patrimonial da incorporada é absorvido com a incorporação dos bens e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

direitos do ativo e das obrigações do passivo, que se somam ao balanço patrimonial da incorporada, que os assume.

O Código Civil tipifica no artigo 1.116, Capítulo X, como se procede a incorporação, senão vejamos:

Art. 1.116. Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

Com relação à criação de empresas públicas, bem como de empresas de economia mista, está elencada na Constituição do Estado, sendo de iniciativa do Poder Executivo em criá-las, senão vejamos:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:
(Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001)

XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

Na mesma esteira, no inciso seguinte, temos especificamente do que trata a mensagem em questão a respeito da incorporação proposta, vejamos:

XIX - depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada; (Grifos Nossos).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, sendo que vem até a presente Casa requisitar autorização legislativa para promover a incorporação proposta.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de Dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

RELATOR













ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 12 DEZ 2011

1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme específica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anote-se a
entrevista
pl. junto de
projetos
perspectivas

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

fl. 10



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

PARECER AO PROJETO DE LEI 938/11

Tendo em vista o disposto no art. 33-E do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Agricultura passa a se manifestar sobre o Projeto de Lei 938/11, oriundo da Mensagem 101/11 que autoriza a incorporação da empresa paranaense de classificação - CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, e dá outras providências.

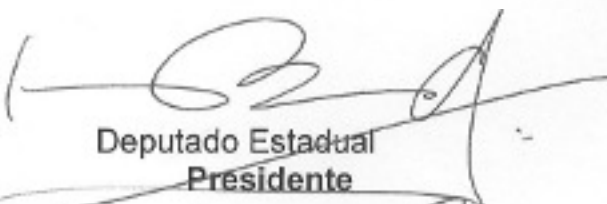
Com o Objetivo de conjugar forças, conformando as estruturas físicas e humanas da CLASPAR e CODAPAR na operação logística, assessoramento, elaboração e execução de projetos de engenharia rural, apoio técnico e capacitação no âmbito do agronegócio do Paraná é que foi apresentada tal proposição do Executivo Estadual.


O agronegócio necessita de manutenção das estradas rurais garantindo escoamento das safras agrícolas, integridade da classificação da produção de grãos no Porto de Paranaguá e atuação junto aos anseios e demandas dos agricultores do Estado.

Pelo exposto, esta Comissão manifesta-se **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 938/11 ora em análise.


Este é o Parecer.


Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.


Deputado Estadual
Presidente


Deputado Estadual
Relator

Pedro Lupion


Evandro Jr.


ASm
Rasca



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Dep. Evandro Junior

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 938/11

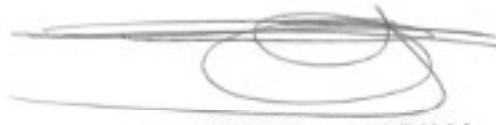
EMENDA
DE PLENÁRIO
OL

João
19 DEZ 2011

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, § 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, fica acrescido o artigo ao Projeto de Lei 938/11, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1. O art. 5, passa a com a seguinte §1º:

§1º - Os imóveis que tenham sido objeto de doação, e possuam cláusula de reversibilidade, ficam liberados para que assim aconteça, desde que o imóvel não mais atenda as finalidades a que se propôs.


DEPUTADO ESTADUAL
EVANDRO JUNIOR

18-08 15/12/2011 01:05:59 MP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA ADITIVA DE PLENARIO AO PROJETO DE LEI Nº 938/11

Projeto de Lei nº 938/11

Autor da emenda: Deputado Evandro Júnior.

Súmula: Autoriza a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, e dá outras providências correlatas.

EMENTA: ALTERA O PROJETO DE LEI 938/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tinha como objetivo autorizar a incorporação da Empresa Paranaense de Classificação – CLASPAR pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, e dá outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Hermas Brandão Júnior.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Aditiva de autoria do Deputado Evandro Junior. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa à presente emenda propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

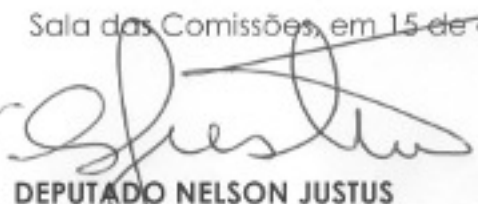
Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

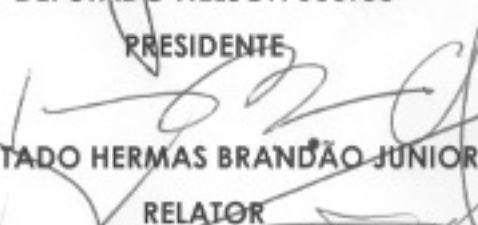
Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pelo Deputado Evandro Junior, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**SUBEMENDA CORRETIVA A EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE
LEI Nº 938/2011**

Com fulcro no que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda Corretiva, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de Plenário de autoria do Deputado Evandro Junior que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica inserido §2º ao art. 5º do Projeto de Lei nº 938/11, bem como renumera seu parágrafo único para §1º, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 5º. (...)

§1º - (...)

§2º - Os imóveis que tenham sido objeto de doação, e possuam cláusula de reversibilidade, ficam liberados para que assim aconteça, desde que o imóvel não mais atenda as finalidades a que se propôs.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

ANTEPROJETO DE LEI N.º 941 /2011

Súmula: Altera dispositivos da Lei n.º 15.562, de 4 de julho de 2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no Estado do Paraná.

Art. 1.º A tabela de que trata o art. 3.º da Lei n.º 15.562, de 4 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Percentual de ICMS a ser observado pelas empresas optantes do Simples Nacional no Estado do Paraná.
Até 180.000,00	0,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	0,00%
De 360.000,01 a 540.000,00	0,67%
De 540.000,01 a 720.000,00	1,07%
De 720.000,01 a 900.000,00	1,33%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	1,52%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	1,83%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	2,07%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	2,27%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	2,42%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	2,56%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	2,67%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	2,76%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	2,84%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	2,92%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	3,06%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	3,19%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	3,30%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	3,40%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	3,50%

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 2012.

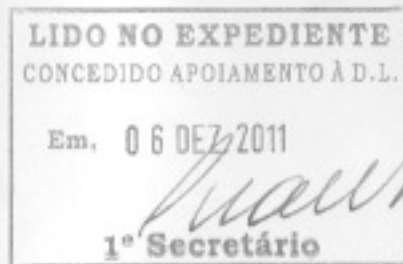
Curitiba, 5 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

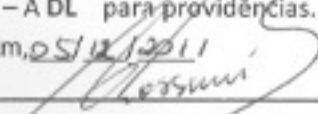

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 5 de dezembro de 2011
OF CEE/G 211/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 05/12/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 105/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 15.562, de 4 de julho de 2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no Estado do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 105/2011

Curitiba, 5 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 15.562, de 4 de julho de 2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no Estado do Paraná.

Considerando a aprovação da Lei Complementar n.º 139, de 10 de novembro de 2006, faz-se necessária a aprovação do presente Anteprojeto de Lei, pela Assembleia Legislativa do Paraná, para alterar a Lei Estadual n.º 15.562, de 4 de julho de 2007, para atualizar a tabela constante do art. 3.º, adequando o percentual de ICMS aplicável aos contribuintes paranaenses às novas faixas de receita bruta estipuladas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/ctf prot. n.º 11.334.480-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 941/11

Projeto de Lei nº. 941/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 105/11

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 15.562, de 04 de julho de 2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 15.562/07 BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. DECRETO ESTADUAL 2.838/97. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar a Lei 15.562/2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

. *

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Grifos Nossos)

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos: (...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;

(grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado**; uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº. 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

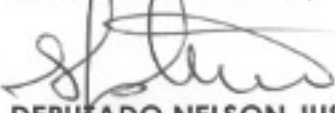
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

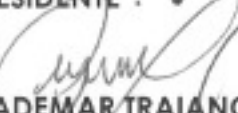
CONCLUSÃO

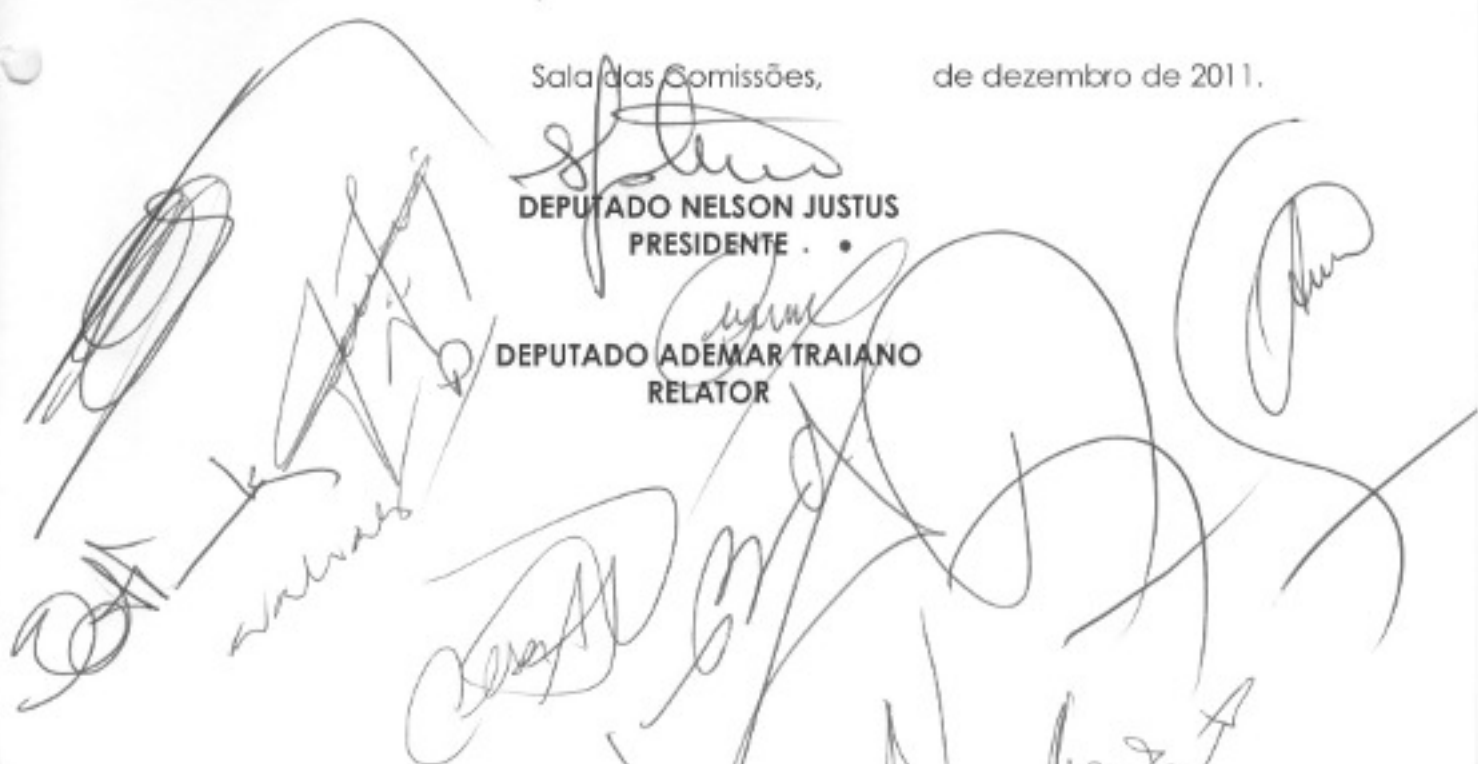
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE . .


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 941/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 105/11, que altera dispositivos da Lei nº 15.562, de 04 de julho de 2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no Estado do Paraná.

A proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou parecer favorável.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se justificada.

Salienta-se ainda, na justificativa do autor que com o advento da Lei Complementar nº 139/2006, faz-se necessária a aprovação da presente Lei, para alterar a Lei nº 15.562/2007, com o intuito de atualizar a tabela constata do art. 3º, adequando o percentual de ICMS aplicável aos contribuintes paranaenses às novas faixas de receita bruta estipuladas.

Insta ressaltar, que a matéria proposta, está em consonância com os arts. 65, 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado, para matérias dessa natureza. Observando ainda, que o Projeto em questão, não apresenta nenhum impedimento com relação a Lei Complementar Federal nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/12/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA



941. Fmianes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

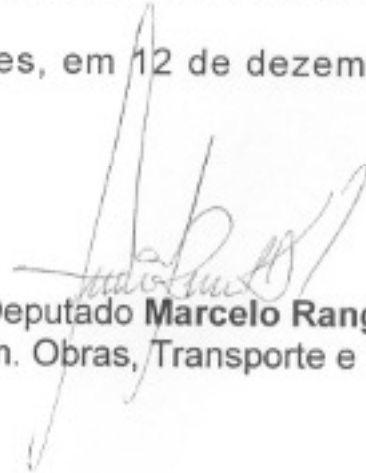
REQUERIMENTO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.
Em, 12 DEZ 2011
1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.


Deputado **Marcelo Rangel**
Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anote-se e
então em cópia
o projeto de lei
para o plenário

2-19
Mário Ribeiro
Diretor Legislativo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 941/11

Projeto de Lei nº 941/11 – Mensagem nº 105/2011

Autor: PODER EXECUTIVO

Súmula: Dispõe que o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas de pequeno porte, referente à apuração e recolhimento do ICMS, inclusive obrigações acessória, mediante regime único de arrecadação, obedecerá ao dispositivo na Lei Complementar nº 123/2006.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar a Lei 15.562/2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

É importante o incentivo para estas empresas, principalmente para a geração qualificada de emprego. "Estas empresas

possuem uma mão de obra de altíssima qualidade, o que conseqüentemente traz mais riqueza e renda para a cidade”.

As micro e pequenas empresas constituem importantes postos de trabalho. No Brasil, esse segmento teve, e tem, importante papel como maior fonte de empregos, absorvendo a maior parte da mão de obra oriunda das demissões em massa de grandes empresas, assoladas pelo alto índice de desestatização, abertura econômica (globalização) e políticas governamentais recessivas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em trâmite nesta Comissão de Indústria e Comércio.
É o parecer.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.



Deputado Andre Bueno

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



Deputado Nelson Garcia
RELATOR



ANTEPROJETO DE LEI N.º 354/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Curitiba do imóvel que específica.

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel constituído pelo “Lote A” – Transcrição das Transmissões 51.177 da 6.º Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba – medindo aproximadamente 35.531,00m², contendo edificações com área aproximada de 8.042,00m², localizado à Rua Eduardo Sprada n.º 4.520 – no bairro do Campo Comprido, Município de Curitiba – Estado do Paraná.

Art. 2.º – O imóvel em questão, fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3.º – O município terá o prazo de 02 (dois) anos para a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de dezembro de 2011
OF CEE/G 214/11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 DEZ. 2011

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em, 07/12/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 106/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Curitiba.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

MENSAGEM N.º 106/2011

Curitiba, 7 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Curitiba.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa imóveis certos, incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Lhph/CTL-Prot.n.º 11.272.136-3

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

O art. 17 da Lei Ordinária Federal n.º 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos.

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (grifo nosso).

Ainda, leciona Hely Lopes Meirelles:

A Administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem, de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de prévia avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo.¹

Nestes termos, pretende o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Curitiba, para a devida utilização do bem público, conforme possível e necessário.


1 MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro, 33.ª Ed. 2007, p. 538.

GABINETE DO GOVERNADOR



Tendo em vista também o interesse público na referida doação, verificando que no terreno em questão está localizada a Fundação de Ação Social – FAS, com sua principal estrutura administrativa em funcionamento, onde são coordenadas várias frentes de atuação, em parceria com diversos setores da sociedade, salientando ainda que a FAS desenvolve um trabalho de extrema relevância social em Curitiba e coordena um extenso conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios que visam melhorar as condições de vida das famílias e indivíduos de risco e vulnerabilidade social, partindo dessas e de outras questões de grande importância, a necessidade da regulamentação de forma definitiva do imóvel em questão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 954/11

Projeto de Lei nº 954/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 106/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CURITIBA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 106/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Curitiba – Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

. •



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I – existência de interesse público devidamente justificado;

II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse à doação, haja vista a expressa autorização legal.

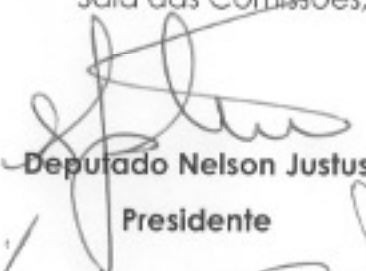
Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

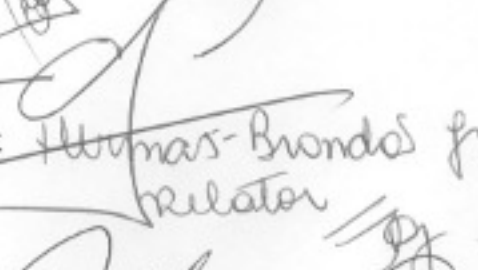
CONCLUSÃO

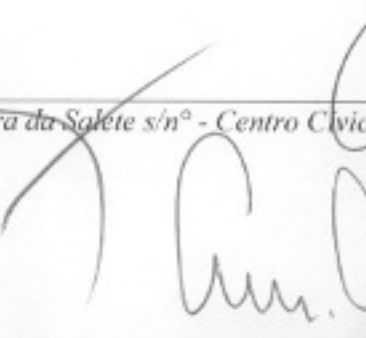
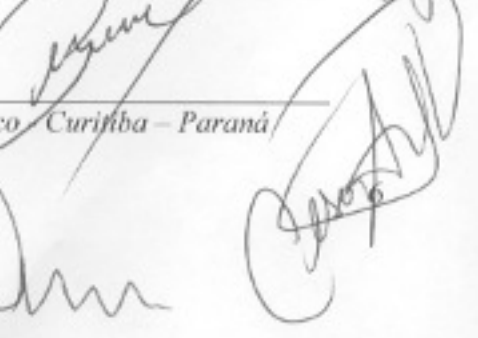
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputada Maria Tureck
Relatora


Wilson Brondos Jr
Relator



Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner
MEMBROS
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 954/2011

Projeto de Lei nº 954/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 106/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Curitiba, do imóvel que especifica.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 954/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 106/11, objetiva efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel constituído pelo "Lote A" – Transcrição das Transmissões 51.177 da 6ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba – medindo aproximadamente 35.531,00 m, contendo edificação com área aproximada de 8.042m, localizado à Rua Eduardo Sprada nº 4.520 – no bairro do Campo Comprido, Município de Curitiba – Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 954/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Curitiba com a doação de um imóvel para o desempenho das atividades do da Fundação Ação Social, desenvolvendo trabalhos ligados diretamente ao bem estar da população, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Cumpramos a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para efetuar a doação deste imóvel. O **Projeto de Lei 954/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população de forma meramente justificada, a partir da doação do imóvel, poderá beneficiar a população do município de Curitiba.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 106/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser avaliado e aprovado por esta Comissão.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

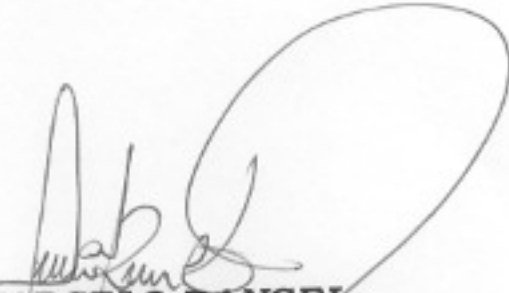
IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta terá benefícios indiscutíveis ao município de Curitiba, com o desenvolvimento de atividades de bem estar e interesse social.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 954/11**, em sua forma apresentada.

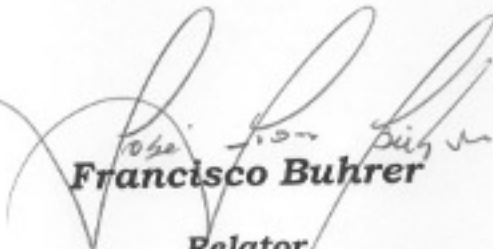
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 14 de dezembro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



Francisco Buhrer

Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 954 / 11

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 106/11 tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Assuntos Municipais a se manifestar, entendemos não haver óbice ao prosseguimento, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Curitiba, 14 de dezembro de 2011.


Deputado NELSON GARCIA
Presidente


- Relator

ANTEPROJETO DE LEI N.º 981/2011

Súmula: Dispõe valores a serem recolhidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (ADAPAR), e dá outras providências.

Art. 1.º São criadas a Taxa de Fiscalização Sanitária Animal – TFSA e a Taxa de Fiscalização Sanitária Vegetal – TFSV, que têm como fato gerador o exercício da polícia administrativa na área da sanidade animal e vegetal referentes a:

I – vigilância sanitária animal, fiscalização, inspeção, controle, rastreabilidade e certificação em saúde animal:

- a) no trânsito de animais, produtos e subprodutos ou resíduos de importância sanitária;
- b) em feira, exposição, leilão, rodeio e qualquer outro evento que concentre animais;
- c) em estabelecimento de comércio de animais ou de qualquer outro insumo pecuário de importância sanitária.

II – vigilância sanitária vegetal, fiscalização, controle, rastreabilidade e certificação em sanidade vegetal:

- a) no trânsito de vegetais, produtos e subprodutos, insumos ou resíduos de importância sanitária;
- b) em estabelecimento de armazenamento ou do comércio de sementes, mudas, partes vegetais, fertilizantes, agrotóxicos e afins ou qualquer outro insumo agrícola de importância sanitária.

III – inspeção, fiscalização e certificação de produtos de origem animal e vegetal, seus produtos, subprodutos ou resíduos de importância sanitária:

GABINETE DO GOVERNADOR



a) em estabelecimento de beneficiamento, armazenamento ou comércio de produtos ou subprodutos de origem vegetal;

b) em propriedade ou estabelecimento de abate de animais ou processamento de seus produtos e subprodutos.

IV – fiscalização de preservação do solo agrícola em propriedade ou estabelecimento rural;

V – fiscalização, controle e certificação de pessoa prestadora de serviços afins à defesa agropecuária:

a) em laboratório de análise de produtos e insumos agropecuários;

b) em entidade certificadora de produtos e serviços de defesa agropecuária;

c) em pessoa prestadora de serviços de depilação de agrotóxicos e afins.

Art. 2.º É instituída a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, cujo fato gerador é o serviço público, específico e divisível, efetivo ou potencial, prestado ou posto à disposição pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR.

Art. 3.º A pessoa física ou jurídica, sujeita ao poder de polícia administrativa, ou à qual o serviço foi prestado ou estiver disponível é o sujeito passivo das taxas de que tratam os precedentes artigos.

Parágrafo único. É isento do pagamento da TFSA e da TFSV o agricultor familiar definido nos termos do art. 3.º, da Lei Federal n.º 11.326/2006.

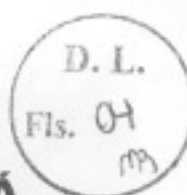
Art. 4.º O recolhimento da TFSA, da TFSV e o pagamento da TSA, observará os valores, o momento e periodicidade constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes dos Anexos referidos no "caput" deste artigo serão atualizados anualmente por índice de atualização monetária adotado pelo Sistema Monetário Nacional.

Art. 5.º A ausência de recolhimento da TFSA, da TFSV e da TSA, nas condições estabelecidas, impossibilitará o contribuinte de receber os serviços e, ainda, o sujeitará aos seguintes acréscimos:

I – juros de mora, contados da data do vencimento do débito, no percentual de 1% a.m. (um por cento ao mês) ou fração;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

Art. 6.º O produto de arrecadação da TFSA, da TFSV e da TSA será creditado diretamente à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR e terá destinação exclusiva ao custeio e às atividades-fins do referido Órgão.

§ 1.º As taxas serão pagas em qualquer instituição bancária que recolha receita estadual, mediante documento próprio.

§ 2.º A fiscalização do recolhimento das taxas cumprirá à ADAPAR, sem prejuízo de eventual participação de outros órgãos públicos responsáveis pela arrecadação de tributos estaduais.

Art. 7.º Ao Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP será recolhido o percentual de 15% (quinze por cento) do total arrecadado mensalmente em razão da Taxa de Fiscalização Sanitária Animal – TFSA.

Art. 8.º O Poder Executivo fica autorizado a editar, por intermédio da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR, as normas complementares ao cumprimento desta Lei.

Art. 9.º O Poder Executivo, através da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR, fica autorizado a reduzir administrativamente as taxas previstas nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito após 90 dias.

Curitiba, 13 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

Assinatura manuscrita de Carlos Alberto Richa, em tinta preta, sobre o nome impresso.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



ANEXO I

TAXAS

				Materia	Fólio	Microprocess
CADASTRO / CERTIFICAÇÃO	Conferência de Produtos Veterinários Receita de Eventos/Lederos Fertificadores / Matadouros Indústria de Laticínios e Derivados Industria Produtos de Origem Animal Distribuidores Alcanalistas Produtos Industria de Pescados Estabelecimentos de Reprodução Avícola (Mae, Avoaz) Grupos do Suíno "GRSC" Instituto de Sementalgens e Chocadeiras- Bicho da Seda	Toma Anual	Coatamento / Renovação No	R\$ 80,00 R\$ 90,00 R\$ 160,00 R\$ 160,00 R\$ 160,00 R\$ 160,00 R\$ 160,00 R\$ 160,00 R\$ 160,00 R\$ 160,00	R\$ 10,00 R\$ 40,00 R\$ 80,00 R\$ 80,00 R\$ 80,00 R\$ 80,00 R\$ 80,00 R\$ 80,00 R\$ 80,00 R\$ 80,00	R\$ 10,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00 R\$ 40,00
EXPOSIÇÕES / EVENTOS	Promover / por solicitação de autorização	Por evento	Na realização	Depende Leilões / Rodadas Pequenos Eventos	R\$ 20,00 R\$ 35,00 R\$ 20,00	R\$ 10,00 R\$ 50,00
BLOCO DE GTA ou 50 FOLHAS AVULSAS	Médico Veterinário Credenciado / Enquete	Por Bloco / conjunto	Na aquisição		R\$ 20,00	
LIBERAÇÃO DE GTAs	Empresas sobranceiras Médico Veterinário Habilitado	A cada 1000 GTAs Por profissional	Na liberação Na habilitação		R\$ 35,00 R\$ 20,00	
CADASTRO DE MANEJAMENTOS	Registros Específicos PARA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL - SIP	Produto final Valença Registro inicial Por Alteração Registro Análise de Projeto Emissão de Certificados	Na solicitação Na solicitação Na solicitação Na solicitação Na solicitação Na solicitação Na solicitação		R\$ 132,00 R\$ 183,00 R\$ 424,00 R\$ 91,61 R\$ 30,70 R\$ 400,00 R\$ 9,70	
LEITE	Industria	A cada 1.000 litros	Manual		R\$ 0,75	
INSPEÇÃO E PROCESSAMENTO DE CARNES	Industria	Por Torceda	Manual		R\$ 2,10	
INSPEÇÃO E PROCESSAMENTO DE DERIVADOS CÁRNICOS	Industria	Por Torceda	Manual		R\$ 11,30	
INSPEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO/PROCESSAMENTO DE OVOS	Industria	Por Torceda	Manual		R\$ 0,04	
INSPEÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PEIXES	Industria	Por Torceda	Manual		R\$ 5,30	
INSPEÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE OUTROS PESCADOS	Industria	Por Torceda	Manual		R\$ 7,40	
INSPEÇÃO E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AFÍCIOS	Industria	Por Torceda	Manual		R\$ 0,87	





ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA - DEFIS

CÓDIGO	FATO GERADOR	SUJEITO PASSIVO	UNIDADE	MOMENTO DE ARRECADÇÃO	TAXA (R\$)		
					MATRIZ	FILIAL	ME
001	Registro/cadastro de estabelecimento comercial de insumos agrícolas	Comerciante de insumos agrícolas	Registro/ cadastro	Registro/cadastro (Válido por 05 anos)	200,00	160,00	0,00
002	Manutenção anual e alteração de registro de estabelecimento comercial de insumos agrícolas	Comerciante de insumos Agrícolas	Manutenção/ alteração	Manutenção anual/ alteração	100,00	80,00	0,00
003	Registro/cadastro de estabelecimento comercial de produtos de origem vegetal	Comerciante de produtos de origem vegetal	Registro/ cadastro	Registro/cadastro (Válido por 05 anos)	200,00	160,00	0,00
004	Manutenção anual e alteração de registro/cadastro de estabelecimento comercial de produtos de origem vegetal	Comerciante de produtos de origem vegetal	Manutenção/ alteração	Manutenção anual/ alteração	100,00	80,00	0,00
005	Inscrição em Curso de Certificação Fitossanitária de Origem - CFO	Profissional	Inscrição	Na inscrição		180,00	
006	Uso do Sistema de Monitoramento do Comércio e do Uso de Agrotóxicos - SIAIRO	Comerciante de agrotóxicos e afins	Venda realizada	Mensalmente em função da quantidade de vendas		1,00	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA - DEFIS

CÓDIGO	FATO GERADOR	SUJEITO PASSIVO	UNIDADE	MOMENTO DE ARRECADÇÃO	TAXA (R\$)
007	Fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins	Indústria	Ton	Anualmente em função do volume comercializado	40,00
008	Fiscalização do comércio e uso fertilizantes e afins	Indústria	Ton	Anualmente em função do volume comercializado	0,80
009	Fiscalização do comércio e uso corretivos e afins	Indústria	Ton	Anualmente em função do volume comercializado	0,20
010	Emissão de Permissão de Trânsito Vegetal - PTV	Comerciante/ Produtor	Unidade	Na emissão do documento	20,00
011	Grãos de Verão	Comerciante/ Indústria	Ton	Mensal em função do volume comercializado	0,15
012	Grãos de Inverno	Comerciante/ Indústria	Ton	Mensal em função do volume comercializado	0,15
013	Florestais	Comerciante/ Indústria	m ²	Mensal em função do volume comercializado	0,15
014	Olericultura	Comerciante/ Indústria	Ton	Mensal em função do volume comercializado	0,15
015	Fruticultura	Comerciante/ Indústria	Ton	Mensal em função do volume comercializado	0,15
016	Outras culturas (cana-de-açúcar, café, tabaco e mandioca, erva-mate)	Comerciante/ Indústria	Ton	Mensal em função do volume comercializado	0,15

ANEXO III
TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
CENTRO DE DIAGNÓSTICO "MARCOS ENRIETTI"

CÓDIGO DIAGNÓSTICO VEGETAL PARASITOLÓGICO		UNIDADE	VALOR
DVP 01	<i>Meloidogyne spp.</i> em muda de cafeeiro	amostra	R\$ 20,00
DVP 02	Nematoides em plantas ou solo, ao nível de género (análise completa)	amostra	R\$ 30,00
DVP 03	Nematóide de cisto da soja	amostra	R\$ 25,00
DVP 04	Identificação de ácaros/insetos ao nível de género ou espécie	amostra	R\$ 40,00
DVP 05	Identificação de ácaro/insetos ao nível de família, sub-família, tribo, sub-tribo	amostra	R\$ 25,00
DVP 06	Análise laboratorial para insetos pragas de restrição quarentenária A2	amostra	R\$ 40,00
CÓDIGO DIAGNÓSTICO VEGETAL VIROLÓGICO		UNIDADE	VALOR
DVV 01	Batata Semente - Pré-cultura+Elisa Folhas 1 Vírus	amostra	R\$ 210,00
DVV 02	Batata Semente - Pré-cultura+Elisa Folhas 2 Vírus	amostra	R\$ 320,00
DVV 03	Batata Semente - Pré-cultura+Elisa Folhas 3 Vírus	amostra	R\$ 430,00
DVV 04	Batata Semente - Pré-cultura+Elisa Folhas 4 Vírus	amostra	R\$ 540,00
DVV 05	Batata Semente - Elisa - Folhas 1 Vírus	amostra	R\$ 110,00
DVV 06	Batata Semente - Elisa - Folhas 2 Vírus	amostra	R\$ 220,00
DVV 07	Batata Semente - Elisa - Folhas 3 Vírus	amostra	R\$ 330,00
DVV 08	Batata Semente - Elisa - Folhas 4 Vírus	amostra	R\$ 440,00
DVV 09	Batata Semente - Elisa - Brotos 1 Vírus	amostra	R\$ 137,00
DVV 10	Batata Semente - Elisa - Brotos 2 Vírus	amostra	R\$ 275,00
DVV 11	Batata Semente - Elisa - Brotos 3 Vírus	amostra	R\$ 412,00
DVV 12	Batata Semente - Elisa - Brotos 4 Vírus	amostra	R\$ 550,00
DVV 13	Exame visual de Batata semente	amostra	R\$ 50,00
*** Uma amostra de Batata Semente compreende 110 Tubérculos			
CÓDIGO DIAGNÓSTICO MOLECULAR		UNIDADE	VALOR
DBM 01	CVC - Clorose Variegada dos Citros	amostra	R\$ 44,00
DBM 02	HLB Duplex (Asiaticus + Americanus)	amostra	R\$ 88,00
DBM 03	HLB (Asiaticus)	amostra	R\$ 44,00
DBM 04	HLB (Americanus)	amostra	R\$ 44,00
CÓDIGO DIAGNÓSTICO VEGETAL BACTERIOLÓGICO		UNIDADE	VALOR
DVB 01	Análise laboratorial para detecção de doenças bacterianas	amostra	R\$ 35,00
CÓDIGO DIAGNÓSTICO VEGETAL MICOLÓGICO		UNIDADE	VALOR
DVM 01	Análise laboratorial para detecção de doenças fungicas	amostra	R\$ 35,00
CÓDIGO DIAGNÓSTICO ANIMAL VIROLÓGICO		UNIDADE	VALOR
DAV 01	Anemia Infecciosa Equina - IDGA	amostra	R\$ 18,00
DAV 02	Artrite e Encefalite Caprina Viral - ELISA	amostra	R\$ 30,00
DAV 03	Artrite e Encefalite Caprina Viral - IDGA	amostra	R\$ 15,00
DAV 04	Circovirose Suína - ELISA ****	amostra	R\$ 23,00
DAV 05	Diarréia Viral Bovina (BVD) - Virusneutralização	amostra	R\$ 15,00
DAV 06	Diarréia Viral Bovina (BVD) - Titulação / ELISA	amostra	R\$ 30,00
DAV 07	Doença de Aujeszky - Virusneutralização / Titulação	amostra	R\$ 15,00
DAV 08	Doença de Aujeszky - ELISA	amostra	R\$ 23,00
DAV 09	Doença de Newcastle - ELISA	amostra	R\$ 15,00
DAV 10	Encefalomielite Equina Leste e Oeste - Virusneutralização / Titulação	amostra	R\$ 60,00

CÓDIGO DIAGNÓSTICO ANIMAL VIROLÓGICO

		UNIDADE	VALOR
DAV 11	Gastroenterite Transmissível (TGE)-ELISA ****	amostra	R\$ 23,00
DAV 12	Herpes Vírus Equino EHV-1 Virusneutralização / Titulação	amostra	R\$ 30,00
DAV 13	Influenza Aviária - ELISA	amostra	R\$ 15,00
DAV 14	Influenza Aviária - IDGA	amostra	R\$ 32,00
DAV 15	Laringotraqueíte Infecciosa aviária - ELISA	amostra	R\$ 15,00
DAV 16	Laringotraqueíte Infecciosa aviária - IDGA	amostra	R\$ 32,00
DAV 17	Leucose Bovina - IDGA	amostra	R\$ 10,00
DAV 18	Língua Azul - ELISA	amostra	R\$ 30,00
DAV 19	Língua Azul - IDGA	amostra	R\$ 15,00
DAV 20	Maedi Visna - ELISA	amostra	R\$ 30,00
DAV 21	Maedi Visna - IDGA	amostra	R\$ 15,00
DAV 22	Parvovirose Suína - Titulação HI	amostra	R\$ 10,00
DAV 23	Peste Suína Clássica - ELISA	amostra	R\$ 23,00
DAV 24	Raiva - IFD / Prova Biológica	amostra	Isento
DAV 25	Rinotraqueíte Infecciosa Bovina (IBR) - Virusneutralização	amostra	R\$ 15,00
DAV 26	Rinotraqueíte Infecciosa Bovina (IBR) - Titulação / ELISA	amostra	R\$ 30,00
DAV 27	Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos Suínos - ELISA ****	amostra	R\$ 23,00
DAV 28	Virológico - Isolamento viral em animais de laboratório	amostra	R\$ 30,00
DAV 29	Virológico - Isolamento viral em cultivo celular	amostra	R\$ 50,00
DAV 30	Virológico - Imunofluorescência indireta	amostra	R\$ 20,00

CÓDIGO DIAGNÓSTICO ANIMAL BACTERIOLÓGICO

		UNIDADE	VALOR
DAB 01	Brucelose - ATA	amostra	R\$ 2,00
DAB 02	Brucelose - ME / PL	amostra	R\$ 8,00
DAB 03	Leptospirose - Soroglutinação microscópica	amostra	R\$ 13,00
DAB 04	Salmonelose aviária - SAR	amostra	R\$ 2,00
DAB 05	Micoplasmose aviária - Mg - SAR	amostra	R\$ 2,00
DAB 06	Micoplasmose aviária - Mg - ELISA	amostra	R\$ 10,00
DAB 07	Micoplasmose aviária - Ms - ELISA	amostra	R\$ 10,00
DAB 08	Micoplasmose aviária -COMBO MgMs - ELISA	amostra	R\$ 10,00
DAB 09	Exame Bacteriológico - Isolamento	amostra	R\$ 25,00
DAB 10	Exame Bacteriológico com Antibiograma	amostra	R\$ 40,00
DAB 11	Pesquisa de Anaeróbios	amostra	R\$ 35,00
DAB 12	Pesquisa de <i>Brucella</i>	amostra	R\$ 35,00
DAB 13	Pesquisa de <i>Campilobacter</i> com fornecimento de meio de transporte	amostra	R\$ 35,00
DAB 14	Pesquisa de <i>Listeria</i>	amostra	R\$ 45,00
DAB 15	Serotipificação de <i>Salmonella</i>	amostra	R\$ 78,00
DAB 16	Tuberculose - Isolamento	amostra	R\$ 50,00
DAB 17	Pesquisa de <i>Salmonella</i> *	amostra	R\$ 50,00

* Uma amostra para pesquisa de *Salmonella* representa para:

- mecônio - 50mL, ou
- ovos bicados - 20 unidades, ou
- swab de cloaca - 10, sendo um swab para cada 2 aves, ou
- ave - 1 unidade, ou
- fezes de 10 animais.

CÓDIGO DIAGNÓSTICO ANIMAL MICOLÓGICO

		UNIDADE	VALOR
DAM 01	Isolamento e Identificação	amostra	R\$ 25,00

CÓDIGO DIAGNÓSTICO ANIMAL ANATOMO PATOLÓGICO

	UNIDADE	VALOR
DAA 01 Necropsia de Peixes (menores que 20 cm)	amostra	R\$ 13,00
DAA 02 Necropsia de Peixes (maiores que 20 cm)	amostra	R\$ 22,00
DAA 03 Necropsia de Aves Pequenas	amostra	R\$ 13,00
DAA 04 Necropsia de Aves Médias (patos, gansos, perus)	amostra	R\$ 30,00
DAA 05 Necropsia de Aves Grandes (avestruz)	amostra	R\$ 50,00
DAA 06 Necropsia de Pequenos Mamíferos (até 30 Kg)	amostra	R\$ 50,00
DAA 07 Necropsia de Médios Mamíferos (acima de 30 Kg)	amostra	R\$ 70,00
DAA 08 Histopatológico	amostra	R\$ 75,00
DAA 09 Microscopia Direta	amostra	R\$ 3,50
DAA 10 Remoção de Cadáveres extrapequenos (+/- até 500 g)	amostra	R\$ 10,00
DAA 11 Remoção de Cadáveres pequenos (até 5 kg)	amostra	R\$ 30,00
DAA 12 Remoção de Cadáveres médios (de 5 kg a 30 kg)	amostra	R\$ 50,00
DAA 13 Remoção de Cadáveres grandes (acima de 30 kg)	amostra	R\$ 100,00

CÓDIGO DIAGNÓSTICO ANIMAL PARASITOLÓGICO

	UNIDADE	VALOR
DAP 01 Coproparasitológico (Fezes)	amostra	R\$ 9,00
DAP 02 Cultura de Larvas	amostra	R\$ 9,00
DAP 03 Pesquisa de Hematozoários (Sangue)	amostra	R\$ 16,00
DAP 04 Pesquisa de Endoparasitas	amostra	R\$ 16,00
DAP 05 Pesquisa de Ectoparasitas	amostra	R\$ 16,00
DAP 06 Pesquisa de <i>Trichinella</i>	amostra	R\$ 16,00
DAP 07 Pesquisa de <i>Trichomonas</i>	amostra	R\$ 16,00
DAP 08 Neosporose (sorologia)	amostra	R\$ 30,00

CÓDIGO DIAGNÓSTICO DE ANALISE DE ALIMENTOS ****

	UNIDADE	VALOR
DAL 01 Contagem Padrão em Placas	amostra	R\$ 30,00
DAL 02 NMP de Coliformes a 45°C	amostra	R\$ 30,00
DAL 03 Contagem de Coliformes a 45°C	amostra	R\$ 30,00
DAL 04 Clostridium sulfito redutor	amostra	R\$ 30,00
DAL 05 Staphylococcus coagulase Positiva	amostra	R\$ 30,00
DAL 06 Pesquisa de Salmonella spp	amostra	R\$ 30,00
DAL 07 Pesquisa de Listeria monocytogenes	amostra	R\$ 30,00
DAL 08 Análise físico-química - Leite	amostra	R\$ 50,00
DAL 09 Análise físico-química - Drip test **	amostra	R\$ 100,00

** Uma amostra para Drip test compreende:
- 06 (seis) carcaças congeladas do mesmo lote.

**** Diagnósticos realizados sob consulta prévia.

ANÁLISE DE SEMENTES		UNIDADE COMPLETA GERMINAÇÃO PUREZA NOCIVA			
CÓDIGO	GRANDES CULTURAS				
ANS 01	Algodão c/ linter	amostra	R\$ 73,00	R\$ 37,10	R\$ 25,80 R\$ 11,30
ANS 02	Algodão s/ linter	amostra	R\$ 56,50	R\$ 29,05	R\$ 19,35 R\$ 8,10
ANS 03	Amendoim	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 24,25 R\$ 12,90
ANS 04	Arroz	amostra	R\$ 56,50	R\$ 29,05	R\$ 19,35 R\$ 9,70
ANS 05	Aveia	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50 R\$ 14,50
ANS 06	Café	amostra	R\$ 64,50	R\$ 45,15	R\$ 14,50 R\$ 6,50
ANS 07	Centeio	amostra	R\$ 40,50	R\$ 21,00	R\$ 16,15 R\$ 4,85
ANS 08	Cevada	amostra	R\$ 40,50	R\$ 21,00	R\$ 16,15 R\$ 4,85
ANS 09	Cevada c/tratamento	amostra	-	R\$ 30,00	- -
ANS 10	Chicharo	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 24,25 R\$ 12,90
ANS 11	Feijão	amostra	R\$ 69,50	R\$ 41,95	R\$ 24,25 R\$ 12,90
ANS 12	Feijão de porco	amostra	R\$ 64,50	R\$ 45,15	R\$ 14,50 R\$ 6,50
ANS 13	Gergelim	amostra	R\$ 32,25	R\$ 19,35	R\$ 9,70 R\$ 3,25
ANS 14	Girassol	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 24,25 R\$ 12,90
ANS 15	Girassol c/tratamento	amostra	R\$ 129,60	R\$ 77,60	R\$ 38,80 R\$ 20,60
ANS 16	Guandú	amostra	R\$ 64,50	R\$ 45,15	R\$ 14,50 R\$ 6,50
ANS 17	Linho	amostra	R\$ 81,00	R\$ 35,50	R\$ 40,50 R\$ 9,70
ANS 18	Mamona	amostra	R\$ 64,50	R\$ 45,15	R\$ 14,50 R\$ 6,50
ANS 19	Milho	amostra	R\$ 40,50	R\$ 24,30	R\$ 12,15 R\$ 4,05
ANS 20	Milho c/tratamento	amostra	R\$ 64,80	R\$ 38,90	R\$ 19,45 R\$ 6,50
ANS 21	Milho supervisão (amostra dupla)	amostra	R\$ 71,25	-	- -
ANS 22	Mourisco	amostra	R\$ 40,50	R\$ 21,00	R\$ 16,15 R\$ 4,85
ANS 23	Mucuna	amostra	R\$ 64,50	R\$ 45,15	R\$ 14,50 R\$ 6,50
ANS 24	Soja	amostra	R\$ 81,00	R\$ 35,50	R\$ 40,50 R\$ 9,70
ANS 25	Sorgo	amostra	R\$ 40,50	R\$ 24,30	R\$ 12,15 R\$ 4,05
ANS 26	Sorgo c/tratamento	amostra	R\$ 64,80	R\$ 38,90	R\$ 19,45 R\$ 6,50
ANS 27	Tremçoço	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 24,25 R\$ 12,90
ANS 28	Trigo	amostra	R\$ 40,50	R\$ 21,00	R\$ 16,15 R\$ 4,85
ANS 29	Trigo c/tratamento	amostra	-	R\$ 30,00	- -
ANS 30	Triticale	amostra	R\$ 40,50	R\$ 21,00	R\$ 16,15 R\$ 4,85
ANS 31	Triticale c/tratamento	amostra	-	R\$ 30,00	- -
ANS 32	Todas (AREIA)	amostra	-	R\$ 81,00	- -

ANÁLISE DE SEMENTES		UNIDADE VALOR	
CÓDIGO	GERMINAÇÃO E VIGOR*		
ANS 33	Soja	amostra	R\$ 92,00
ANS 34	Feijão	amostra	R\$ 98,45
ANS 35	Trigo - Cevada - Triticale	amostra	R\$ 77,50
ANS 36	Milho c/ tratamento (teste de frio)	amostra	R\$ 119,10
ANS 37	Sorgo c/ tratamento (Env. Acelerado)	amostra	R\$ 143,10
ANS 38	Sorgo c/ tratamento (teste de frio)	amostra	R\$ 119,10

*Para amostras com tratamento químico cujas espécies não estiverem contempladas na Tabela, cobrar 50% a maior tanto para o teste de germinação quanto para o teste de vigor.

ANÁLISE DE SEMENTES

CÓDIGO	FORRAGEIRAS (A)	UNIDADE	COMPLETA	GERMINAÇÃO	PUREZA	NOCIVA
ANS 39	Andropogum	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 40	Azevém	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 41	Brachiarias	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 42	Capim Chorão	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 43	Capim Gordura	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 44	Capim Jaraguá	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 45	Capim Colômbio	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 46	Dactilo	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 47	Festuca	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 48	Gramma Missioneira	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 49	Paspalum	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 50	Pensacola	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 51	Ramires	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 52	Rhodes	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 53	Setária	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35
ANS 54	Stilozantes	amostra	R\$ 129,00	R\$ 90,30	R\$ 45,15	R\$ 19,35

ANÁLISE DE SEMENTES

CÓDIGO	FORRAGEIRAS (B)	UNIDADE	COMPLETA	GERMINAÇÃO	PUREZA	NOCIVA
ANS 55	Alfafa	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 56	Calopogonio	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 57	Capim sudão	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 58	Centrosema	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 59	Crotalaria	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 60	Desmodium	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 61	Ervilhaca	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 62	Lab-Lab	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 63	P. Italiano (milheto)	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 64	Pueraria	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 65	Serradela	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 66	Sesbania	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 67	Siratro	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 68	Soja perene	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 69	Sorgo forrageiro	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50
ANS 70	Trevo	amostra	R\$ 88,70	R\$ 53,25	R\$ 32,50	R\$ 14,50

ANÁLISE DE SEMENTES

HORTALIÇAS -

CÓDIGO	FLORESTAIS - OUTRAS	UNIDADE	COMPLETA	GERMINAÇÃO	PUREZA	NOCIVA
ANS 71	Canola	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 29,05	R\$ 12,90
ANS 72	Colza	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 29,05	R\$ 12,90
ANS 73	Ervilha	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 29,05	R\$ 12,90
ANS 74	Tabaco (peletizada)	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 29,05	R\$ 12,90
ANS 75	Hortaliças	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 29,05	R\$ 12,90
ANS 76	Melancia	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 29,05	R\$ 12,90
ANS 77	Nabo forrageiro	amostra	R\$ 81,00	R\$ 48,50	R\$ 29,05	R\$ 12,90

ANÁLISE DE SEMENTES

CÓDIGO	FLORESTAIS - OUTRAS	UNIDADE	COMPLETA	GERMINAÇÃO	PUREZA	NOCIVA
ANS 78	Eucalipto	amostra	R\$ 121,00	R\$ 56,50	R\$ 61,30	-
ANS 79	Tabaco (semente nua)	amostra	R\$ 121,00	R\$ 56,50	R\$ 61,30	-
ANS 80	Bracatinga	amostra	R\$ 96,75	R\$ 67,75	R\$ 29,05	-
ANS 81	Pinus	amostra	R\$ 96,75	R\$ 67,75	R\$ 29,05	-
ANS 82	Outras	amostra	R\$ 96,75	R\$ 67,75	R\$ 29,05	-
ANS 83	Tabaco (nua) c/trat.	amostra		R\$ 84,75		
ANS 84	Flores / frutíferas	amostra	R\$ 81,00	R\$ 56,50	R\$ 29,05	-

DETERMINAÇÕES

CÓDIGO	ADICIONAIS	UNIDADE	VALOR
	Umidade - Método		
ANS 85	Expedido	amostra	R\$ 8,10
ANS 86	Umidade - Método Estufa	amostra	R\$ 16,15

OUTRAS

CÓDIGO	DETERMINAÇÕES	UNIDADE	VALOR
ANS 87	Mancha Púrpura	amostra	R\$ 8,10
ANS 88	Mancha Café	amostra	R\$ 8,10
ANS 89	Sementes Infestadas	amostra	R\$ 16,15
ANS 90	Sementes sem Casca	amostra	R\$ 8,10
ANS 91	Peso de Mil Sementes	amostra	R\$ 16,15
ANS 92	Teste de Retenção	amostra	R\$ 16,15
ANS 93	Teste de Hipocótilo	amostra	R\$ 32,25
ANS 94	Teste de Peroxidase	amostra	R\$ 32,25
ANS 95	Teste de Coleoptilo	amostra	R\$ 24,25
ANS 96	Peso Hectolítico	amostra	R\$ 9,70

TESTE DE TETRAZÓLIO

CÓDIGO	(COMPLETO)	UNIDADE	VALOR
ANS 97	Soja	amostra	R\$ 81,00
ANS 98	Forrageiras	amostra	R\$ 137,10

TESTE DE TETRAZÓLIO

CÓDIGO	(VIABILIDADE)	UNIDADE	VALOR
ANS 99	Soja - Feijão	amostra	R\$ 40,50
	Milho - Cevada - Aveia -		
ANS 100	Café e Forrageiras	amostra	R\$ 56,50

TESTE DE VIGOR (ENVELHECIMENTO)

CÓDIGO	PRECOCE)	UNIDADE	VALOR
ANS 101	Soja e outras	amostra	R\$ 56,50

TESTE DE VIGOR (1ª

CÓDIGO	CONTAGEM)	UNIDADE	VALOR
ANS 102	Soja e outras	amostra	R\$ 56,50

TESTE DE VIGOR CÓDIGO (TESTE DE FRIO)		
ANS 103 Milho	amostra	R\$ 40,50

TESTE SANITÁRIO (GRANDES CULTURAS)		
ANS 104	amostra	R\$ 56,50

ANS 105 VISITA DE SUPERVISÃO	visita	R\$ 405,00
------------------------------	--------	------------

CÓDIGO DETECÇÃO DE OGM		
ANS 106 Sementes sem tratamento	amostra	R\$ 60,00
ANS 107 Sementes com tratamento	amostra	R\$ 90,00

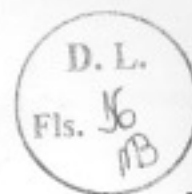
AUDITORIA SGQ LABORATÓRIOS DE		
ANS 108 ANÁLISE DE SEMENTES	hora técnica	R\$ 99,28

ANEXO III

TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			ANEXO III	
1	VACINAÇÃO BRUCELOSE/OUTRAS	Produtor Interessado	De 01 a 10 cabeças	
			De 11 a 20 cabeças	Por dose
			De 21 a 50 cabeças	Na vacinação
			+ de 51 Cabeças	
2	VACINAÇÃO COMPULSÓRIA	Infra		Por animal
3	IDENTIFICAÇÃO DE ANIMAIS	Produtor		Na identificação (brincagem)
11	BOVINOS e BUBALINOS	Produtor ou		Por Gta + quantidade de animais
				Na emissão para abate e transporte interestadual
				RS 2,00 por GTA + RS 1,50 por animal
12	SUÍNOS	Indústria		Por animal
				Mensal
				RS 1,50
12	SUÍNOS	Produtor ou		Por Gta + quantidade de animais
				Na emissão para abate e transporte interestadual
				RS 2,00 por GTA + RS 0,30 por animal
13	OVINOS E CAPRINOS	Indústria		Por animal
				Mensal
				RS 0,30
13	OVINOS E CAPRINOS	Produtor ou		Por Gta + quantidade de animais
				Na emissão para abate e transporte interestadual
				RS 2,00 por GTA + RS 0,30 por animal
14	EQUÍDEOS	Indústria		Por animal
				Mensal
				RS 0,30
14	EQUÍDEOS	Produtor ou		Por Gta + quantidade de animais
				Na emissão para abate e transporte interestadual
				RS 2,00 por GTA + RS 0,70 por animal
15	AVES DE CORTE	Indústria		Por animal
				Mensal
				RS 0,70
15	AVES DE CORTE	Produtor / Indústria		Por animal
				Mensal
				RS 0,50
16	AVES DE POSTURA COMERCIAL	Produtor / Indústria		Por Gta
				Na emissão para abate e transporte interestadual
				RS 7,00
17	TAXA DE GTA - OUTRAS ESPÉCIES	Produtor		Por GTA
				Na emissão para abate e transporte interestadual
				RS 7,00

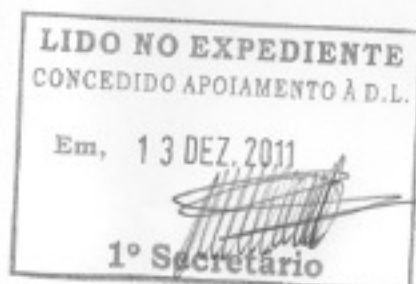
EXTRA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 13 de dezembro de 2011
OF CEE/G 216/11



I – À DAP para feitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 13/12/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 109/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que institui a Taxa de Fiscalização Sanitária Animal – TFSA e a Taxa de Fiscalização Sanitária Vegetal – TFSV e cria a Taxa de Serviços Administrativos – TSA.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

19/54 13/12/2011 010392 DAP 65564010 LEGISLATIVO DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 109/2011
2011

Curitiba, 13 de dezembro de

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que institui a Taxa de Fiscalização Sanitária Animal – TFSA e a Taxa de Fiscalização Sanitária Vegetal – TFSV e cria a Taxa de Serviços Administrativos – TSA.

Trata-se de Anteprojeto de Lei que institui a Taxa de Fiscalização Sanitária Animal – TFSA e a Taxa de Fiscalização Sanitária Vegetal – TFSV, que têm como fato gerador o exercício do poder de polícia, e a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, tendo como fato gerador o serviço público, específico e divisível, efetivo ou potencial, prestado ou posto à disposição pela futura Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR, necessário à realização, compondo uma política estadual de fiscalização sanitária de interesse da sanidade animal e vegetal.

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR, em processo legislativo de criação, será uma entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir a legislação de defesa agropecuária e de inspeção sanitária dos produtos de origem animal, diligenciando pelo efetivo cumprimento das normas em proveito da manutenção da ordem pública.

Com vistas ao desenvolvimento dos serviços que serão realizados pela Autarquia, propõe-se a criação das taxas para munir recursos que serão destinados ao aperfeiçoamento dos servidores, infraestrutura, tecnologia da informação, educação sanitária, dentre outros, para bem atender às demandas dos cidadãos com qualidade, eficiência e presteza.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Bipól. Prot. n.º 11.233.077-1

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



A gestão dos serviços de fiscalização de sanidade e inspeção animal e vegetal é complexa, devido às características da diversidade rural, o que requer mecanismos eficazes, ágeis, inclusive com investimentos científicos que permitam contribuir no monitoramento desses serviços.

Ainda, saliente-se que o Produtor Rural não será afetado em momento algum com as taxas referentes ao Poder de Polícia exercido.

Por fim, cumpre ressaltar que é facultado ao Poder Executivo, por intermédio da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR, reduzir as taxas ora instituídas, tendo em vista que a atividade agropecuária é vulnerável às condições climáticas e, em sendo assim, em caso de intempéries, o Estado poderá agir com mais presteza.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Assinatura manuscrita de Carlos Alberto Richa.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 981/2011

Projeto de Lei nº 981/2011

Autor: PODER EXECUTIVO – Mensagem nº 109/11

Súmula: Dispõe valores a serem recolhidos pela ADAPAR através das Taxas de Fiscalização Sanitária Animal e Vegetal – TFSA e TFSV.

PREÂMBULO

O projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo tem como escopo a instituição de valores a serem recolhidos como Taxa de Fiscalização Sanitária Animal – TFSA e Taxa de Fiscalização Sanitária Vegetal – TFSV a serem recolhidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Em relação à Constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Além do mais, prescrevem como atribuições privativas do Governador do Estado os incisos IV e VI do art. 87 da Constituição Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

...

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Quanto à **técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n.º 95/98.

Ademais, devemos observar que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 150, III, "b", da Constituição Federal obedecendo o princípio da anterioridade, também conhecido como "noventena":

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

III - cobrar tributos:

(...)

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

Assim sendo, cabe ainda o pedido de que esta Comissão de Constituição e Justiça, com fulcro no que dispõe o art. 184 do Regimento Interno desta Casa, solicitar a **urgência** na votação da presente proposição, afim de que a mesma seja votada em todos os seus turnos regimentais ainda na presente sessão legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR










ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 981/11

O presente Projeto de Lei vem a esta Comissão para cumprir o preceituado pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 109/11, que dispõe valores a serem recolhidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná de Desenvolvimento – ADAPAR, e dá outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que cabe a esta Comissão Permanente de Finanças, observe-se que a instituição de Taxa de Fiscalização Sanitária Animal – TFSA e a Taxa de Fiscalização Sanitária Vegetal – TFSV e a criação da Taxa de Serviços Administrativos – TSA, objeto da referida proposta, está em consonância com os arts. 65, 87 da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado. E ainda, a proposta não fere o art. 150, III, “b”, da Constituição Federal.

De igual modo, o autor esclarece que ao propor esta matéria pretende munir de recursos que destinar-se-ão ao aperfeiçoamento dos servidores, infraestrutura, tecnologia da informação, educação sanitária, dentre outros, para melhor atender às solicitações dos cidadãos.

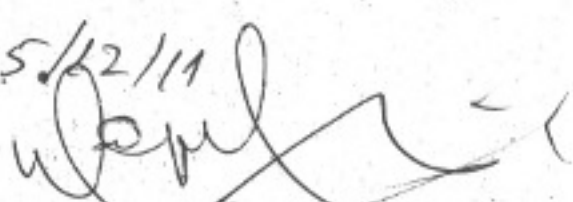
Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

15/12/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

